
Renato Kehl e o radicalismo eugênico no Brasil dos anos 1930:
uma análise a partir da obra *Sexo e civilização: aparas eugênicas*
(1933)

Renato Kehl and the eugenic radicalism in Brazil of the 1930s:
an analysis based on the work *Sexo e civilização: aparas eugênicas*
(1933)

Vanderlei Sebastião de Souza*
<https://orcid.org/0000-0003-4270-7445>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o radicalismo eugênico no Brasil dos anos 1930, com destaque para as ideias defendidas por Renato Kehl em seu livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, publicado em 1933. Considerado a principal liderança do movimento eugênico brasileiro, Kehl também foi o eugenista que melhor sintetizou o extremismo das práticas eugênicas, caracterizado pela defesa de medidas violentas de segregação racial e controle da reprodução humana. Busco compreender especialmente o diálogo de Renato Kehl com as ideias e projetos intelectuais e políticos em jogo durante a década de 1930, atentando tanto para o contexto nacional quanto internacional. Neste sentido, analiso a publicação de *Sexo e civilização* como resultado dos diálogos e articulações de Kehl com a eugenia negativa de países como a Alemanha e Estados Unidos, ao mesmo tempo que coloco sua obra em perspectiva com os projetos e as ideologias em disputa durante o governo Vargas. Estes contextos são explorados a partir das discussões promovidas por Renato Kehl em torno de dois paradigmas centrais na história da eugenia: a esterilização eugênica e a miscigenação racial.

Palavras-Chave: Renato Kehl. Eugenia. Brasil. Esterilização Eugênica. Miscigenação Racial.

Abstract

The objective of this article is to analyze eugenic radicalism in Brazil in the 1930s, with emphasis on the ideias defended by Renato Kehl in his book *Sexo e*

*Doutor em História da Ciência pela Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Campus Santa Cruz. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro e do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Unespar. E-mail: vanderleidesouza@yahoo.com.br

civilização: aparas eugênicas, published in 1933. Considered the main leader of the Brazilian Eugenic Movement, Kehl was also the eugenicist who best synthesized the extremism of eugenic practices, characterized by the defense of violent measures of racial segregation and control of human reproduction. I seek to understand especially Renato Kehl's dialogue with the ideas and intellectual and political projects at play during the 1930s, paying attention to both the national and international context. In this sense, I analyze the publication of *Sexo e civilização* as a result of Kehl's dialogues and articulations with the negative eugenics of countries such as Germany and the United States, at the same time that I place his work in perspective with the projects and ideologies in dispute during the Vargas government. These contexts are explored based on discussions promoted by Renato Kehl around two central paradigms in the history of eugenics: eugenic sterilization and racial miscegenation.

Keywords: Renato Kehl. Eugenics. Brazil. Eugenic Sterilization. Racial Miscegenation.

Introdução

“Não há solução para os males sociais fora das leis da biologia. Não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos. Política econômica, conservadora, democrática, socialista, fascista, comunista, todas essas políticas e formas de governo *falham* se não se inspirarem nos ditames da ciência da vida. Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia.”¹

O texto acima foi extraído da epígrafe que Renato Kehl produziu para o seu livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, publicado em 1933. A obra apresentava um conjunto de ideias que reafirmava a adesão do eugenista brasileiro ao radicalismo biológico-racial dos anos 1930, caracterizado pela defesa da eugenia negativa. A epígrafe pode ser lida como uma síntese sobre a crença inabalável na eugenia como forma de solucionar os problemas das nações modernas. No entendimento de Renato Kehl, nenhum Estado nacional, governo ou regime político, independentemente de sua posição ideológica, teria sucesso se não implantasse uma política verdadeiramente biológica, “a política com base na eugenia”. A própria política, vista como prática racional “capaz de trazer paz e felicidade aos povos”, se confundia com os princípios biológicos, uma vez que o controle das questões sociais e o futuro das nações dependia

¹ KEHL, Renato. *Sexo e civilização: aparas eugênicas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

da capacidade eugênica de sua população. A eugenia aparecia, assim, como uma biopolítica por excelência, conforme conceito empregado por Michel Foucault para compreender os sentidos da gestão da vida das populações na era da governamentalidade moderna².

A epígrafe também apontava para o complexo contexto internacional dos anos 1930, marcado pelo acirramento ideológico entre democracia, liberalismo, fascismo e comunismo. Apesar dos diferentes projetos que separavam esses regimes, Kehl entendia que todos falhariam caso não adotassem uma rigorosa política eugênica. Essa afirmação sinalizava também para o uso generalizado que tanto a direita reacionária e os liberais quanto a esquerda e os sociais-democratas, cada um a seu modo, faziam da eugenia nas primeiras décadas do século XX. Conforme destaca o historiador Mark Adams, a eugenia não se resumia a um movimento reacionário de extrema direita, tão somente associado ao fascismo, ao antissemitismo e ao segregacionismo racial norte-americano. Essa compreensão, segundo o autor, acabou ofuscando os usos que intelectuais e políticos liberais, comunistas e ativistas de esquerda fizeram da eugenia nas primeiras décadas do século XX³. Embora seja verdade que os regimes de extrema-direita, sobretudo na Alemanha nazista, tenham levado a eugenia às últimas consequências, não se deve ignorar a difusão e os usos das ideias eugênicas entre sociais-democratas e socialistas alemães da República de Weimar, entre os comunistas da União Soviética de Stálin, nas sociais democracias escandinavas, entre as feministas inglesas e norte-americanas, ou mesmo entre médicos e intelectuais que apoiaram a Revolução Mexicana⁴.

No caso de Renato Kehl, é importante dizer, suas ideias e projetos eugênicos estavam em sintonia com os regimes reacionários colocados à direita do espectro político. Não é por acaso que seu modelo de eugenia dialogava tanto com os eugenistas e supremacistas norte-americanos, quanto eugenistas associados ao nazismo e ao arianismo germânico. Kehl inclusive chegou a fazer entusiasmados elogios às políticas eugênicas implantadas durante o Terceiro Reich, visto por ele como exemplo que deveria ser seguido no resto do mundo⁵. Um dos objetivos deste artigo é justamente demonstrar que o livro

² FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997, p.125-149.

³ ADAMS, Mark B. (Org.). *The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990, p. 219-220.

⁴ ADAMS, op. cit., 1990; STERN, Alexandra. *Eugenic nation: faults and frontier of better breeding in modern America*. California: University of California Press, 2005; STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

⁵ KEHL, Renato. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? (Inquérito entre os cientistas

Sexo e civilização: aparas eugênicas é resultado do diálogo com os movimentos eugênicos alemão e norte-americano, sobretudo no que se refere à adesão à eugenia negativa, vista como um modelo mais draconiano de medidas eugênicas. O próprio desejo de empregar a eugenia como uma “política biológica” estava em sintonia com a obsessão nazista de projetar a arquitetura política do regime a partir do corpo biológico e racial da nação⁶.

Ao mesmo tempo, o objetivo deste artigo consiste em analisar o livro de Renato Kehl como uma resposta ao contexto interno brasileiro, marcado por discussões acaloradas sobre a questão racial e a futura formação da população brasileira. Esse período experimentava os efeitos da chamada “Revolução de 1930” e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, um estancieiro gaúcho que havia chegado ao poder depois de um conturbado golpe político. Os primeiros anos de seu governo foi marcado por fortes instabilidades políticas e crise de legitimidade, o que serviu como justificativa para a formação de um governo cada vez mais autoritário e centralizador, identificado com o fascismo europeu e de viés anticomunista⁷. De outro lado, o governo Vargas ficou caracterizado por uma política nacionalista agressiva, o que alimentou ainda mais as discussões sobre o controle imigratório, a ocupação do interior do país, a identidade racial, além da própria formação futura do homem brasileiro, temáticas que os eugenistas desejavam intervir diretamente.

Neste artigo, procuro ressaltar também que as ações de Renato Kehl no início dos anos 1930, entre eles a publicação do livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, devem ser vistas como estratégias para ocupar espaço no debate político e intelectual do país. Ao mesmo tempo, o artigo destaca ainda os movimentos de Renato Kehl para colocar a eugenia no Brasil em compasso com as propostas de intervenção que circulavam nos Estados Unidos, Alemanha e outros países do norte da Europa, cujos movimentos eugênicos vinham tendo mais sucesso na implantação da eugenia como política de Estado. Isso garantia aos eugenistas legitimidade para transformar a eugenia em ferramenta política, como um instrumento inescapável para aperfeiçoar a “raça nacional” e colocar o Brasil no concerto das nações eugênicas.

brasileiros)”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 3 jan. 1934.

⁶ PROCTOR, Robert. *Racial hygiene: medicine under the nazis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988; WEISS, Sheila Faith. *The Race Hygiene Movement In Germany 1904-1945*. In: ADAMS, Mark. (Org.). *The wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, p. 8-68, 1990.

⁷ FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional estatismo – vol. 2: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Renato Kehl e o radicalismo eugênico dos anos 1930

Em 1933, quando publicou *Sexo e civilização*, Renato Kehl já era um autor prestigiado nos meios intelectuais, sobretudo no campo médico, visto como a grande liderança do movimento eugênico brasileiro. O escritor Monteiro Lobato, com quem mantinha uma relação bastante próxima, o considerava o “pai da eugenia” no Brasil, tamanho era o reconhecimento de seus esforços em promover e institucionalizar a ciência eugênica⁸. Nascido no interior de São Paulo, filho de descendentes de alemães já bem estabelecidos no Brasil, Kehl se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915, quando teria despertado o interesse pela obra de Francis Galton, matemático e naturalista britânico que criou a eugenia como a ciência do melhoramento racial. Desde, então, sua trajetória se confundia com a própria história do movimento eugênico no Brasil⁹. Em 1918, já residindo na capital paulista, liderou a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, organização que contou com mais de 140 membros associados. Poucos anos depois, quando retornou ao Rio de Janeiro para ocupar o cargo de Diretor Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), associou-se à Liga Brasileira de Higiene Mental, instituição que desempenhou um importante e continuado papel na difusão da eugenia entre médicos e psiquiatras brasileiros.

No final dos anos 1920, quando a eugenia tinha se tornado linguagem corrente entre os intelectuais, Renato Kehl criou o *Boletim de Eugenia*, periódico mensal que circulou entre 1929 a 1933. O periódico teve um papel destacado não apenas na divulgação das ideias eugênicas, mas também para agrupar os adeptos do movimento em torno da liderança de Kehl. Como consequência do crescente interesse pela eugenia, em 1929 foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, do qual Kehl participou como um dos organizadores. Nesse tempo, Kehl já havia se distanciado do movimento sanitaria, do qual tinha se associado 10 anos antes, e aderido ao radicalismo eugênico que marcaria a sua trajetória a partir do final dos anos 1920. Essa ruptura ficara mais evidente com o lançamento do livro *Lições de eugenia*, publicado em 1929¹⁰. A obra

⁸ Carta de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, (Sem data) - Fundo Pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, DAD-COC. Nesta mesma correspondência, Monteiro Lobato desculpava-se por ter dedicado o seu “O choque de raças” (O presidente negro) a Renato Kehl, livro que Lobato definia como um “grito de guerra pró-eugenia”. Ao final da carta, como forma de expressar sua identificação com Kehl e com o tema da eugenia, escreveu: “Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha”.

⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no entreguerras*. Guarapuava: Eduni, 2019.

¹⁰ KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929a.

estabelecia um diálogo mais próximo com a eugenia mendeliana praticada nos Estados Unidos e na Alemanha, que orientava medidas mais duras de intervenção eugênica, como a segregação racial, a esterilização eugênica e o controle matrimonial¹¹. Lançado durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o livro seria duramente criticado pelos antropólogos Edgard Roquette-Pinto e Alvaro Fróes da Fonseca, que classificavam a obra como uma pseudociência, um conjunto de ideologias arianistas que não encontravam sustentação nos “modernos” estudos antropológicos¹².

As críticas ao livro de Renato Kehl sinalizam para uma clara divisão que, nos anos 1930, iria ganhar ainda mais força no campo intelectual e científico. Devido à radicalização ideológica nos primeiros anos do governo Vargas, a geração de intelectuais formada ainda na Primeira República foi fortemente mobilizada pelo desafio de compreender a sociedade brasileira, a sua cultura e sua vida política. Com o objetivo de intervir nas discussões governamentais e pautar o debate sobre a modernização do país, esses intelectuais construíram interpretações e diagnósticos diversos sobre o Brasil e os brasileiros, os motivos do atraso econômico e civilizacional, o papel do Estado e suas instituições, a composição racial e a identidade nacional, entre outros temas considerados chaves para o desenvolvimento do país¹³.

É justamente nos anos 1930 que surgem ensaios com reflexões históricas e sociológicas profundas sobre o Brasil e a sociedade brasileira, obras que se transformariam em clássicos do pensamento social e intelectual. No campo artístico e cultural, o modernismo também emergia nesse contexto como uma potência crítica capaz de transformar as artes e a literatura em obras de interpretação e denúncia sobre os “problemas” brasileiros, entre os quais podemos destacar autores como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Rachael de Queiroz, Érico Veríssimo, entre outros escritores que tinham como ponto em comum um forte engajamento com as questões políticas e sociais¹⁴.

¹¹ Ibid.

¹² Os textos de Roquette-Pinto e Alvaro Fróes da Fonseca podem ser consultados no volume das Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. ACTAS DO CONGRESSO DE EUGENIA. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 11-42. Para mais detalhes sobre os embates de Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca com Renato Kehl, ver SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; FGV Editora, 2017.

¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; STEPAN, op. cit., 2005.

¹⁴ ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. São Paulo: Annablume, 2009; BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.

Essas obras apontavam leituras diversas sobre a viabilidade do Brasil e dos brasileiros no cenário internacional, sobretudo quando se pensava a formação racial do país, fortemente marcada pela mestiçagem. De um lado, havia intelectuais, como Oliveira Vianna, Monteiro Lobato e Renato Kehl, que projetavam leituras e diagnósticos bastante pessimistas sobre a formação racial brasileira, quase sempre informados por teorias e conceitos originários do racismo científico. Para estes, o grande dilema do Brasil, o motivo dos “males” da nação, era uma “questão de raça”. Era sobre este aspecto que os intelectuais, a ciência, o Estado e suas instituições deveriam agir, promovendo políticas de seleção racial e social de acordo com os princípios eugênicos¹⁵. Por outro lado, intelectuais ligados ao campo das emergentes ciências sociais, entre eles Roquette-Pinto, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, promoviam interpretações mais otimistas sobre a identidade racial brasileira, refutando o racismo científico e os estigmas sobre a mestiçagem. Na leitura dessa geração, os problemas do país não estavam relacionados à raça ou à mistura racial, mas sim aos problemas de ordem histórica e sociológica, ligados ao passado escravista, aos problemas de saúde pública, ao analfabetismo e a desorganização política, conforme perspectiva que já vinha sendo construída durante a Primeira República¹⁶.

É neste contexto intelectual e político que Renato Kehl se projetava como o grande expoente da eugenia. Apesar da contundência das críticas dirigidas a ele durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, sua reputação parece não ter sido abalada, uma vez que continuou liderando o movimento eugênico com bastante entusiasmo. Além da incansável promoção das ideias eugênicas pela imprensa e nas páginas do *Boletim de Eugenia*, em 1931 liderou um grupo de eugenistas em torno da criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), organização que tinha como objetivo “manter no país o interesse pelo estudo das questões de hereditariedade e eugenia”¹⁷. No fundo, a comissão tinha sido constituída com o interesse de ocupar um espaço junto ao governo Vargas, assessorando nos projetos governamentais de política eugênica, conforme o próprio Kehl destacara nas páginas do *Boletim de Eugenia*. Ao mesmo tempo, Kehl lembrava que a Comissão era resultado de uma “intensa correspondência com as principais associações que existem

¹⁵ SCHWARCZ, op. cit., 1993; SOUZA, op. cit., 2017.

¹⁶ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.

¹⁷ KEHL, op. cit., 1933, p. 263.

na Europa e na América do Norte”, sendo filiada à Federação Internacional das Associações Eugênicas¹⁸. Entre os membros da Comissão estava ninguém menos que Belisário Penna, sogro de Renato Kehl e então Ministro do recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública, visto como uma figura que poderia aproximar o governo Vargas do movimento eugênico¹⁹.

Nessa altura da década de 1930, o debate sobre eugenia parecia alcançar o seu ápice. Não por acaso, em 1933 Kehl escrevia que “a era atual é a era da eugenia”, numa referência ao sucesso da eugenia em diferentes países do mundo²⁰. No caso do Brasil, além de uma bem-estabelecida rede institucional, as ideias eugênicas vinham de fato se transformando em discussões recorrentes, como se a hora e a vez da eugenia tivessem mesmo chegado. Um exemplo disso podia ser percebido no debate que a Constituinte de 1933-34 promovia em torno da política imigratória, da aplicação de exames pré-nupciais e da inclusão da educação eugênica nas escolas brasileiras. A questão da política imigratória foi sem dúvida a que permitiu maior visibilidade aos eugenistas. Nas sessões em que o projeto foi colocado em discussão, os eugenistas eram citados e consultados com bastante frequência, o que contribuiu para aprovação de uma legislação rigorosa de controle imigratório²¹. Lembrado com recorrência nos discursos parlamentares, o nome de Renato Kehl também havia sido indicado pelo governo Vargas para compor uma comissão que elaborou o pré-projeto que regulava o fluxo imigratório. Essa comissão era presidida por ninguém menos que Oliveira Vianna, intelectual bastante conhecido por suas relações com o movimento eugênico e por suas publicações sobre a questão racial brasileira²².

Diante deste cenário, Renato Kehl dobrava a aposta em seu radicalismo eugênico, assumindo uma agenda cada vez mais identificada com medidas restritivas de reprodução humana e seleção racial. Em seu entendimento, todos os esforços deveriam ser colocados em ação para impedir a reprodução dos indivíduos considerados indesejáveis. Foi neste contexto, e com essa perspectiva racista, que Renato Kehl publicou o livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*.

¹⁸ KEHL, Renato. “Porque se fundou a C.C.B.E”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, mar 1931, ano III, n. 27, p. 2.

¹⁹ Sobre a trajetória de Belisário Penna, sua relação com o governo Vargas e o envolvimento com o movimento eugênico, ver CARVALHO, Leonardo Dallacqua. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências) — Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

²⁰ KEHL, op. cit., 1933, p. 11.

²¹ ANNAES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Imprensa Nacional*. Rio de Janeiro, 22 volumes, 1935. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/discover>; acesso em: 10 março 2024.

²² SOUZA, op. cit., 2017.

A obra expressava não apenas o extremismo de suas ideias, mas também um convicto otimismo com os usos que governos de diferentes países vinham fazendo da eugenia, sobretudo no norte da Europa. Com a derrocada do liberalismo, Kehl parecia celebrar a ascensão do fascismo, dos nacionalismos e dos regimes autoritários, cada vez mais dispostos a levar a cabo a política biológica como um projeto de Estado. Nas páginas introdutórias ao livro de 1933, destacava que o tempo atual se apresentava como uma época de “transformações revolucionárias”, marcada por “viva fermentação de ideias e violenta concretização de fatos novos”²³. Em seu entendimento, tudo se transformava de um dia para outro, como se a modernidade finalmente tivesse encontrado seu caminho. Nações despontavam com força, armando “problemas novos” e criando doutrinas que, em suas palavras, lançavam “fundas raízes na opinião pública”. Entre estas doutrinas, celebrava ele, estava a eugenia, “a doutrina regeneradora do homem dentro das normas da biologia”²⁴.

O seu recente livro parecia mesmo apontar para acontecimentos que ocorriam na Europa, sobretudo na Alemanha, que nesta altura já celebrava a ascensão do nazismo. As referências de Renato Kehl à Alemanha são bastante recorrentes nesse período, até mesmo com elogios ao próprio tribunal racial criado pelo governo de Adolf Hitler. Em seu entendimento, a Alemanha era o país que melhor encarava a questão eugênica, pensada como um instrumento decisivo para o fortalecimento da nação²⁵. De outro lado, conforme destacava em seu livro de 1933, os eugenistas duvidavam do sufrágio universal e da democracia, uma vez que tendiam a nivelar os indivíduos e abater a influência das elites, único grupo que estaria apto a governar. O governo democrático se resumia num “governo de “homens medíocres”, de “homens inferiores”. E citando o escritor Madison Grant, um dos maiores defensores da supremacia ariana nos Estados Unidos, lembrava que “a verdadeira república é governada pelos mais aptos, pelos melhores, representados sempre por fraca minoria da população”²⁶.

Um dos argumentos desse trabalho consiste em afirmar que a identificação de Renato Kehl com os regimes autoritários e o radicalismo eugênico está diretamente ligado ao contato bastante próximo que mantinha com a Alemanha. Desde o final dos anos 1920, quando se tornou diretor da Bayer

²³ KEHL, op. cit., 1933, p. 9.

²⁴ Ibid., p. 10.

²⁵ KEHL, op. cit., 1934.

²⁶ KEHL, op. cit., 1933, p. 39.

no Brasil, multinacional alemã com raízes em vários países, Kehl construiu uma conexão direta com a sede da empresa na Alemanha. Esse contato possibilitou inclusive viagens frequentes aquele país, algumas delas com estadia prolongadas, o que permitia tempo de estudos, contato pessoal com eugenistas e associações eugênicas da Alemanha, Suécia, Dinamarca e Noruega. Sua primeira ida à Alemanha aconteceu em 1928, quando passou 5 meses em viajando pelo norte da Europa. Essa viagem o teria estimulado a ampliar a divulgação da eugenia no Brasil, como era possível perceber pelo lançamento do *Boletim de Eugenia* três meses após o seu retorno ao Brasil. Já no segundo número do periódico, Kehl destacava a necessidade de criar no Brasil um Instituto Brasileiro de Eugenia, permitindo “o novo tempo onde se cuidará da nacionalidade brasileira, como faz o Instituto de Eugenia de Berlin, para a nacionalidade germânica”²⁷. Além disso, o livro *Lições de eugenia*, publicado em junho de 1929, não apenas pretendia ensinar as lições de eugenia que havia aprendido na Alemanha, como já apontava para o processo de radicalização do seu projeto eugênico. Seu contato com a eugenia daquele país teria inclusive o aproximado da genética mendeliana, conforme confessara em correspondências com Toledo de Piza Junior, geneticista da Escola Agrícola Luiz de Queiroz e uma das principais autoridades da genética brasileira²⁸.

O livro *Sexo e Civilização* também deve ser lido como resultado de uma segunda viagem de Kehl para Alemanha. Neste período, os nazistas já haviam chegado ao poder e o tribunal eugênico alemão começava a ser implantando, tendo à frente eugenistas que lideraram o movimento eugênico ainda durante a República de Weimar. Embora a eugenia alemã tenha sido, antes do nazismo, um movimento muito mais heterogêneo do que geralmente é imaginado, conforme explica a historiadora Sheila Weiss, havia desde o início do século XX um grupo mais extremista identificado com as ideologias da supremacia ariana. Para estes, o poder de uma nação era essencialmente uma questão de política racial, o que significava estimular a reprodução dos descendentes da “raça ariana” e impedir a reprodução dos indesejáveis, vistos como “raças inferiores”. O próprio Tribunal Eugênico alemão, tão elogiado por Renato Kehl, tinha como função fazer uma rígida seleção racial, lançando mão de políticas

²⁷ KEHL, Renato. “Instituto Brasileiro de Eugenia”. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, fev. 1929b, vol. 1, n. 2, p. 1.

²⁸ São duas as correspondências em que Renato Kehl discute com Salvador Toledo Piza Junior sobre o livro *Lições de Eugenia*, em especial as questões acerca da teoria mendeliana. Carta de Renato Kehl a Salvador Toledo Piza Junior. Rio de Janeiro, 24 de março de 1930; Carta de Renato Kehl a Salvador Toledo Piza Junior. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1930 (Fundo Pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, DAD-COC).

de controle matrimonial, de esterilização e internamentos compulsórios de doentes mentais, da aplicação da eutanásia, quando não da eliminação em massa, como ocorreu ao final do governo nazista²⁹.

Esterilização eugênica e controle da reprodução humana

Não há dúvida que Renato Kehl foi contagiado pelo crescente radicalismo eugênico de países como Alemanha, Noruega, Dinamarca e Suécia, ou mesmo países de língua inglesa como Estados Unidos e Inglaterra. Era a partir do diálogo com os movimentos eugênicos desses países que seu projeto eugênico ganhava força nos anos 1930. Neste aspecto, divergimos da historiadora Nancy Stepan, que incluí o modelo de eugenia defendido por Renato Kehl como inserido no paradigma da “eugenia latina”, ligada à tradição neolamarckista³⁰. Em linhas gerais, a “eugenia latina” era caracterizada por sua associação com a higiene e as reformas do meio, os cuidados maternos e infantis e a educação sexual, vista como um modelo mais “brando” de intervenção eugênica. Embora as teses neolamarckistas estivessem mesmo presente nos primeiros textos de Renato Kehl, a partir do final dos anos 1920 ele não apenas aderiu às teses mendelianas como passou a refutar as teorias sobre a herança dos caracteres adquiridos. Não é por acaso que seu livro de 1933 apresentava uma clara defesa do controle da reprodução humana a partir da imposição de medidas mais duras, associadas às teorias mendelianas³¹, tal qual vinha sendo implantadas nos países nórdicos.

Como veremos a seguir, *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, como o próprio título sugere, tinha como objetivo principal promover o debate sobre a reprodução humana a partir das concepções oriundas das leis da hereditariedade de Mendel. Pelo menos três capítulos do livro são dedicados justamente para pensar os aspectos teóricos relacionados aos fundamentos da eugenia, explicitamente conectados aos paradigmas do evolucionismo mendeliano. Para realizar as “aparas eugênicas” e impedir a reprodução dos indesejáveis,

²⁹ PROCTOR, op. cit., 1988; WEISS, op. cit., 1990.

³⁰ STEPAN, op. cit., 2005.

³¹ Para os eugenistas mendelianos, as características hereditárias só poderiam ser transmitidas de pai para filho, por meio da reprodução sexual, sem que houvesse qualquer interferência das condições do meio. A célebre frase, “quem é bom já nasce feito”, tão propalada por Renato Kehl, resumia bem o espírito da eugenia mendeliana. Embora não fosse uma regra, boa parte dos eugenistas mendelianos acreditavam que somente medidas mais duras oriundas da eugenia negativa, como aquelas que impediam a reprodução dos indesejáveis, teriam efeito prático no processo de melhoramento das futuras gerações. KEHL, Renato. “Aparas médicas: a felicidade do ponto de vista médico e eugênico”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 ago 1930.

Kehl defendia o desenvolvimento de estudos sobre os fundamentos da hereditariedade humana, visto como primordiais para o suposto melhoramento racial e o combate aos fatores responsáveis pela degeneração humana. Pode-se dizer que o livro gira em torno de três eixos principais: os aspectos teóricos envolvendo a eugenia e a genética mendeliana; as relações da eugenia com a sexualidade, os matrimônios e a reprodução humana; e as relações entre mestiçagem, degeneração e seleção racial.

Nos dois primeiros capítulos do livro, Renato Kehl volta-se para a discussão sobre degeneração humana, temática que desde o século XIX assombrava médicos, intelectuais e autoridades públicas, sobretudo na Europa. Com o crescente processo urbano e industrial, temia-se que o contato com a pobreza e a proximidade com as classes pobres barrassem o processo de seleção natural, conduzindo a civilização europeia a decadência moral e biológica. Além disso, com a corrida imperialista em curso, havia o receio que o contato frequente entre a Europa e suas colônias do hemisfério sul, e a consequente mestiçagem com povos ditos inferiores, ameaçassem a suposta pureza racial europeia. Essa já era uma preocupação central quando Galton produziu suas primeiras reflexões sobre eugenia. A partir do início do século XX essa preocupação ganhou ainda mais força entre os eugenistas, seja pelos efeitos da expansão imigratória e da mestiçagem, seja pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, que produziu uma massa de pobres, doentes e mutilados de guerra³².

Renato Kehl analisa o processo de degeneração humana a partir de estatísticas levantadas em vários países e sob a ótica de diferentes eugenistas europeus e norte-americanos, entre eles figuras como arianista Madison Grant, autor do livro de *Passing of the great race*, uma das obras mais influentes na história do racismo científico³³. A partir dessas leituras, Kehl conclui que a degeneração humana é um efeito dos desequilíbrios produzidos pela própria modernidade, entre o rápido “crescimento da escória humana”, que ele definia pela “multiplicação dos delinquentes, amorais, imbecis, loucos, e atrasados mentais”, e a diminuição da “parte boa da coletividade”, os indivíduos de “boa estirpe”³⁴.

³² KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Nova York: Knopf, 1985. ADAMS, op. cit., 1990.

³³ BARKAN, Elazar. *The retreat of scientific racism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

³⁴ KEHL, op. cit., 1933, p. 15-16.

No caso do Brasil, Kehl apresenta um cenário ainda mais pessimista, conforme uma série de escritores brasileiros já teria demonstrado, referindo-se a autores como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Paulo Prado, intelectuais cujas reflexões são reconhecidamente atravessadas pelo racismo científico. O eugenista brasileiro chega a perguntar, repetindo Paulo Prado, se a “extensão dos males que nos afligem” não seria “consequência da mistura de raças?”³⁵. A resposta de Kehl é positiva. Segundo ele, além da falta de seleção natural, ocasionada pelas forças da modernidade, a “decadência dos povos” vem dos “cruzamentos heterogêneas”, como é o caso do Brasil³⁶.

O maior dilema para os eugenistas não estava na constatação de que as sociedades degeneravam rapidamente, mas no entendimento de que os indivíduos degenerados jamais produziriam uma “prole saudável” e apta à civilização. Pais degenerados gerariam, no ponto de vista de Kehl, filhos também degenerados, portadores de doenças mentais, criminosos, delinquentes ou incapazes, a maioria deles “incuráveis ou incorrigíveis”³⁷. Para Kehl, o determinismo da biologia ensinava que o homem é “escravo de sua natureza”, prisioneiro da hereditariedade, de “uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável”³⁸. Essa realidade impunha à Kehl a constatação de que não há nada fora da biologia. Educação, religião, ou qualquer forma de política social não seriam suficientes para regenerar a humanidade ou torná-la mais equilibrada. Em muitos casos, a educação e o meio social serviriam apenas para “dar recursos de vida e para favorecer a procriação de indesejáveis para a espécie”³⁹. E concluía: “Enquanto o problema da degeneração humana não for encarado sob o ponto de vista biológico, teremos de encontrar sempre os maus embates sociais e individuais, as crises e ameaças à paz na família, na sociedade e entre as nações”⁴⁰.

Diante deste cenário, Renato Kehl entendia que somente com a aplicação de medidas restritivas seria possível pensar no melhoramento racial das futuras gerações. Caberia ao Estado não apenas a função de incentivar a reprodução das famílias de “boa estirpe”, mas também impedir a reprodução dos supostos degenerados ou inferiores. Acreditava que todos os países deveriam investir na “procriação racional”, mesmo que para isso fosse necessário a

³⁵ Ibid., p. 19.

³⁶ Ibid., p. 44.

³⁷ Ibid., p. 41.

³⁸ Ibid., p. 14.

³⁹ Ibid., p. 46.

⁴⁰ Ibid., p. 15.

implantação de uma rígida política de controle da natalidade, o chamado *birth control*, lançando mão de exames pré-nupciais e da regulação matrimonial, mas também de medidas mais duras como a própria esterilização eugênica, como os Estados Unidos e os países do norte da Europa já vinham realizando. Em seu entendimento, o *birth control* era recomendado como “medida de ultra-profilaxia contra a pleora de débeis mentais, de resíduos humanos e, também, como defesa para os casais eugenizados”⁴¹.

O controle da natalidade aparece, assim, como uma das questões que mais ocupava a atenção de Renato Kehl em seu livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*. Uma das formas mais eficientes de controlar o valor eugênico de uma nação era aprimorar o controle sobre a natalidade, seja pelas práticas da educação sexual e orientações matrimoniais, seja pelas medidas mais duras de esterilização e segregação racial. Para muitos eugenistas brasileiros, as práticas de orientação matrimonial eram formas de realizar a “eugenia negativa” de modo menos radical, sem a necessidade de cirurgias esterilizadoras. Neste caso, é compreensível que até os aconselhamentos matrimoniais e a educação sexual feminina fizessem parte de uma política restritiva de reprodução, vistas como medidas eficientes de controle da natalidade⁴². Não é por acaso que o próprio Renato Kehl publicou em 1925 um livro intitulado *Como escolher um bom marido*⁴³, no qual orientava as moças sobre a importância do matrimônio, o papel da educação sexual e matrimonial feminina na formação eugênica das futuras gerações.

Nos anos 1920 e 1930, como destaca Nancy Stepan, essa relação entre raça e gênero era uma preocupação corrente entre os eugenistas, incorporada como um aspecto cada vez mais central nos discursos sobre a nação. Como o papel social das mulheres era visto como primordialmente reprodutivo, era sobre as mulheres que recaía a maior responsabilidade por gerar uma prole saudável. Nancy Stepan explica ainda que “o desejo de ‘imaginar’ a nação em termos biológicos, de ‘purificar’ a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias”, colocou eugenia, raça e gênero como aspectos estreitamente conectados ao próprio debate sobre as políticas de identidade nacional⁴⁴. Neste contexto, gênero foi um dos temas que tomou a agenda de eugenistas e autoridades públicas, sobretudo porque a eugenia permitia

⁴¹ Ibid., p. 198-199.

⁴² STEPAN, op. cit., 2005, p. 116.

⁴³ KEHL, Renato. *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

⁴⁴ Ibid., p. 117.

manter um controle sobre a sexualidade feminina e o papel reprodutivo e materno das mulheres. Ao mesmo tempo, a historiografia tem destacado que eugenistas mais progressistas, ou mesmo ativistas dos direitos femininos, também viram na eugenia uma possibilidade para debater a emancipação das mulheres. Para esse grupo, a eugenia estimulava a educação sexual feminina e permitia pensar o uso de métodos anticonceptivos, o debate sobre o divórcio e até mesmo o direito ao aborto, temas com os quais o movimento feminista enfrentava naquela época⁴⁵.

Em relação aos exames pré-nupciais, Renato Kehl entendia que a sua obrigatoriedade era uma medida eficaz de política eugênica. Isso explica porque os eugenistas fizeram pressão para que a medida fosse aprovada pela Constituinte de 1933-34, tendo inclusive Kehl à frente desse movimento. O resultado final acabou frustrando as expectativas dos eugenistas mais radicais, uma vez que a constituinte apenas recomendava a realização de exames pré-nupciais, sem o peso da obrigatoriedade tão desejada pelo movimento eugênico. No entendimento de Kehl, todos os casais deveriam se submeter a exames obrigatórios antes de contrair matrimônio, passando por uma análise minuciosa do histórico familiar até o terceiro grau. Em caso de apresentar qualquer risco para as futuras gerações, os casais deveriam ser impedidos de realizar casamento, ou, então, submeter-se a cirurgia esterilizadora⁴⁶. Para o eugenista, a restrição ao matrimônio deveria ser indicada também nos casos que envolvessem pessoas de classes ou raças diferentes, sobretudo “com mestiços das primeiras gerações”. Segundo ele, “está provado que tais casamentos são disgênicos, dando origem a tipos inferiores física, psíquica e moralmente”⁴⁷. A estes casos, Kehl também recomendava a esterilização eugênica.

A indicação da esterilização como forma de controle da reprodução humana foi longamente abordada por Kehl em seu livro de 1933. Embora ainda nos anos 1920 já tivesse manifestado a defesa da esterilização em casos específicos, conforme artigo publicado nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*⁴⁸, no início dos anos 1930, Kehl não apenas intensificou sua campanha em defesa dessa medida como ampliou o entendimento sobre os casos em que ela deveria ser indicada. Pode-se dizer que Kehl era mobilizado pelo amplo debate que, nos anos 1930, os eugenistas faziam em torno dos programas de

⁴⁵ KEVLES, op. cit., 1985; STEPAN, op. cit., 2005.

⁴⁶ KEHL, op. cit., 1933, p. 84-85.

⁴⁷ Ibid., p. 85.

⁴⁸ KEHL, Renato. “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, n.1, v.2, 1925.

eugenia negativa. É justamente neste período que a esterilização humana tinha se transformado no tema central para os eugenistas, visto como uma das medidas mais necessárias no controle da reprodução. Nancy Stepan argumenta que a introdução das discussões sobre a esterilização foi, de longe, “a mais dramática alteração nas normas tradicionais que regulavam a família ocidental e os direitos individuais à reprodução”⁴⁹. Exemplos disso foram as milhares de pessoas esterilizadas compulsoriamente nos Estados Unidos entre 1907 a 1970, além dos casos mais violentos ocorridos na Alemanha durante o governo nazista.

Nas páginas de *Sexo e civilização*, Renato Kehl saudava o fato de que alguns países da Europa estavam encarando com entusiasmo a recente aprovação de leis que regulamentavam a esterilização, especialmente na Alemanha, Suécia, Dinamarca e Suíça⁵⁰. Contudo, o que mais chamava a atenção do eugenista brasileiro era mesmo o caso das leis de esterilização em curso nos Estados Unidos, país que desde 1907 já vinha realizando cirurgias esterilizadoras como medida de controle da reprodução humana. Kehl analisava mais detidamente as iniciativas feitas pelos eugenistas Harry Laughlin, Ezra Gosney e Paul Popenoe, eugenistas que lideraram uma série de campanhas em defesa do *Birth Control* no estado da Califórnia, sobretudo da esterilização compulsória. Em 1928, Gosney e Popenoe chegaram a fundar a *Human Betterment Foundation*, instituição voltada para a pesquisa sobre a reprodução humana e o papel da esterilização para fins eugênicos⁵¹. Além de traduzir artigos desses autores no *Boletim de Eugenia*, Kehl chegou a manter correspondências com esses eugenistas, por meio das quais trocavam informações institucionais, interesses de pesquisa e materiais bibliográficos sobre suas produções médicas e científicas.

Em seu livro de 1933, Kehl demonstrava grande entusiasmo pelos benefícios da esterilização, da qual “se espera os melhores resultados”. Em seu entendimento, se essa medida “fosse estatuída por lei, há mais tempo, já hoje se poderiam avaliar os seus benéficos efeitos”, de modo que “é preciso encarar o problema racial com vista larga de eugenista [...] para atinar com a verdadeira utilidade da esterilização”⁵². Kehl defendia que tal medida restritiva deveria ser aplicada em diferentes casos, desde doentes mentais, deficientes

⁴⁹ STEPAN, op. cit., 2005, p. 37.

⁵⁰ KEHL, op. cit., 1933, p. 188.

⁵¹ STERN, op. cit., 2005, p. 158-159.

⁵² KEHL, op. cit., 1933, p. 71.

físicos, criminosos ou portadores de doenças hereditárias, até casos nos quais as classes pobres fossem incapazes de sustentar economicamente sua prole. Em suas palavras, esses “resíduos humanos” eram “causadores da miséria, do infortúnio de tantas famílias, em cujo seio se reproduzem degenerados de toda sorte, cretinos, idiotas, criminosos, malandros, bêbados, e toda caterva de indesejáveis”⁵³.

No caso do Brasil, embora o governo jamais tenha oficialmente legislado sobre a esterilização eugênica, havia entre os eugenistas um franco desejo de regulamentar essa medida. Além dos esforços de Renato Kehl, eugenistas associados à Liga Brasileira de Higiene Mental, entre eles Alberto Farani, Pacheco e Silva, Cunha Lopes e Ernani Lopes, também faziam ampla campanha em defesa da esterilização. Assim como Kehl, acreditavam que a regulamentação dessa medida no Brasil era apenas uma questão de tempo.

Quando a lei da esterilização compulsória foi aprovada na Alemanha pelo governo nazista, em 1933, esses eugenistas saudaram a lei com entusiasmo, chegando inclusive a publicá-la na íntegra pelas páginas dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*⁵⁴. A lei de esterilização colocada em prática pelo governo de Adolf Hitler também recebeu a cobertura dos grandes jornais da época, como é possível perceber no inquérito que o jornal *O Globo* realizou em janeiro de 1934 entre os eugenistas brasileiros. As entrevistas foram também matéria de capa do jornal, com uma entrevista por dia. Entre os entrevistados estava Renato Kehl, que manifestou grande entusiasmo pela medida de esterilização aprovada na Alemanha. Outros que também opinaram em defesa dessa medida foram Pacheco e Silva, Oscar Fontenelle e Leonídio Ribeiro. Apenas dois entrevistados foram contrários ou fizeram restrições à sua implantação: o antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o médico Leitão da Cunha, este último professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e também integrante da Assembleia Constituinte de 1933-34⁵⁵.

Em sua entrevista ao *O Globo*, que inclusive foi a primeira da série e que ocupou toda a página de capa do jornal, Renato Kehl lembrava que sua opinião já era bastante conhecida, referindo-se ao longo tratamento que dedicara a

⁵³ *Ibid.*, p. 190.

⁵⁴ A LEI... “A lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras”. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v.7, n.1. 1934. Sobre a publicação dessa lei no Brasil, consultar: WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil”. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 2013, v. 20, n. 1, p. 263-288.

⁵⁵ O GLOBO. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, jan. 1934.

esse tema em seu *Sexo e civilização*, livro “que agora publiquei, após à recente viagem que fiz ao norte do continente europeu”⁵⁶. Ao destacar a publicação de seu livro e sua recente viagem pela Alemanha, quando o nazismo já havia tomado o poder, Kehl emprestava credenciais que reafirmavam seu notório conhecimento acerca do tema. Tanto é assim que fizera questão de destacar que seu parecer favorável à esterilização era “firmado no estudo e na observação de muitos anos, um parecer que julgo definitivo”. Kehl não apenas elogiava a “judiciosa lei” aprovada na Alemanha, país que segundo ele resolvia as coisas com seriedade, como também lembrava que outros países já vinham aplicando tal medida. Quando perguntado sobre a possibilidade de implantação de uma lei semelhante no Brasil, demonstrou-se convicto: “Apesar da rotina e dos fetichistas, a esterilização tornar-se-á futuramente, uma realidade, também no Brasil”⁵⁷.

No final dos anos 1930, quando uma onda de críticas ao nazismo começava a ganhar força em diferentes países do mundo, Kehl voltava a elogiar a política eugênica do Terceiro Reich. Em 1937, em seu livro *Por que sou eugenista*, no qual celebrava os 20 anos de sua campanha eugênica, destaca o sucesso da lei de esterilização daquele país, que já contava com “1500 tribunais eugênicos e 77 conselhos especiais de apelação”. O eugenista brasileiro fazia questão de afirmar que “quando um país como este toma tal deliberação, é porque ela constitui, em realidade, um imperativo de alcance indiscutível”⁵⁸. No entendimento de Renato Kehl, o Tribunal Eugênico alemão, definido por ele como “um verdadeiro código de proteção racial”, “impressionou os cientistas e governantes de vários países, especialmente do norte europeu que, aos poucos, estão adotando os mesmos dispositivos regulamentares, apenas com algumas variantes”⁵⁹. Vale lembrar que suas referências à eugenia alemã eram feitas logo depois de uma outra viagem de Renato Kehl pela Alemanha, realizada em 1937, quando o Nazismo já dava passos largos em direção à catástrofe que explodiria dois anos depois.

⁵⁶ KEHL, op. cit., 1934.

⁵⁷ Ibid., p. 1.

⁵⁸ KEHL, Renato. *Por que sou eugenista: 20 anos de campanha eugênica 1917-1937*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

⁵⁹ Ibid., p. 98.

Eugenia, mestiçagem e degeneração

Um dos temas que mais mobilizou a trajetória de Renato Kehl foi sem dúvida a relação entre eugenia e miscigenação racial. O debate sobre mestiçagem, aliás, pode ser visto como o maior paradigma do pensamento social brasileiro das primeiras décadas do século XX. Era por meio da mestiçagem que o Brasil teria se formado enquanto nação, num processo que envolveu europeus, indígenas e africanos das mais variadas origens raciais. Se nos anos 1930 havia intelectuais que apostavam no mito da democracia racial como solução para uma harmoniosa integração nacional, ou então aqueles que viam a mestiçagem como um caminho otimista para o branqueamento da nação, também havia aqueles que apontavam a mistura racial como o maior empecilho para a formação de uma nação eugênica. Renato Kehl, obviamente, estava alinhado a este último grupo. Embora ele próprio tenha afirmado nos anos 1920 que o Brasil acabaria se branqueando “às custas de muito sabão de coco ariano”, a partir dos anos 1930 se tornara progressivamente mais pessimista com a tão propalada tese do branqueamento⁶⁰. Em seu entendimento, não parecia admissível pensar que o “mestiçamento de todos os povos” pudesse conduzir à homogeneidade, como os adeptos da tese do branqueamento acreditavam⁶¹.

A partir do final dos anos 1920, seu aprofundamento na genética mendeliana o conduziram a compreensão de que os cruzamentos raciais produzem “tipos híbridos” inferiores ou degenerados⁶². Essa era uma compreensão recorrente nos estudos antropológicos e genéticos desse período, a maioria deles fortemente comprometidos com o racismo científico e o arianismo nórdico⁶³. Em seu livro *Sexo e civilização*, o eugenista brasileiro fazia um debate com esses estudos, citando, por exemplo, autores como o eugenista sueco Herman Lundborg e o norueguês Alfred Mjöen, cujos trabalhos foram inclusive traduzidos por Kehl e publicados nas páginas do *Boletim de Eugenia*. A partir destes estudos, comentava Kehl, “é impossível negar, à luz da ciência”, que a mestiçagem produz de fato “tipos inferiorizados”. Além disso, destacava que esses e outros estudos, como os trabalhos de Fritz Lentz, Ernest Rudin e Herman Werner Siemens, eugenistas alemães internacionalmente conhecidos e bastante citados por Kehl, projetavam uma lúcida defesa do “rigorismo

⁶⁰ KEHL, Renato. “As questões de Raças”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, out. 1921.

⁶¹ KEHL, op. cit., 1933, p. 206.

⁶² KEHL, op. cit., 1929a; 1933.

⁶³ BARKAN, op. cit., 1992.

mendeliano”. Em seu entendimento, a genética de Mendel permitia “prever as possibilidades hereditárias de um cruzamento humano, tão bem, dentro das naturais exceções, como dentro de um cruzamento animal”⁶⁴.

Seguindo o argumento desses autores, Kehl explicava que nenhuma influência do meio, doença ou outra condição mórbida qualquer eram mais responsáveis pela degeneração humana do que os “cruzamentos heterogêneos”, como entre brancos e pretos, brancos e indígenas, ou brancos e amarelos. O excesso de variação biológica resultante dessa mestiçagem vinha se processando de modo assustador, dizia ele, tornando-se a principal ameaça para as sociedades civilizadas. Numa clara referência às teorias mendelianas, afirmava que os tipos híbridos eram responsáveis por “desvios da norma genética”, concluindo que “a vida numa sociedade é tanto mais intensa, desordenada, prenhe de vicissitudes, de crimes, de degeneração, quanto mais heterozigotos os elementos que a compõem”⁶⁵.

Como forma de combater a miscigenação racial, Renato Kehl defendia inclusive a “consanguinidade racial”, chegando a considerar até mesmo a “consanguinidade familiar” como uma prática eugênica⁶⁶. Em *Sexo e civilização*, o autor explicava que não se tratava da defesa de casamentos incestuosos, mas compreendia que os matrimônios entre “pessoas de parentesco próximo, da mesma raça e classe, com caracteres ótimos”, eram indicados para enfrentar o grande “mal da raça”, a mestiçagem heterogênea⁶⁷. Esse procedimento recebia o nome de “ultra-eugenia”, medida que, segundo Kehl, poderia realizar os “intuítos eugênicos para alcançar a utopia da felicidade social”⁶⁸.

Essa “ultra-eugenia” partia da compreensão de que quanto mais homogênea ou uniforme fosse uma sociedade, mais equilibrada ela seria, seja nos temperamentos psíquicos e na convivência social, seja nos aspectos morfológicos ou fisiológicos. A homogeneidade racial, no entendimento de Kehl, produziria não apenas a superioridade física e intelectual, mas também a ordem política e civilizatória. Kehl lembrava os casos vindos da seleção genética elaborada por produtores de rebanho de carneiros, galinhas ou mesmo animais de tração ou sela, que para obterem as melhores linhagens perseguiram sempre “uma uniformidade perfeita”. Em suas palavras, “o criador

⁶⁴ KEHL, op. cit., 1933, p. 202-203.

⁶⁵ Ibid., p. 44.

⁶⁶ Ibid., p. 240.

⁶⁷ Ibid., p. 241.

⁶⁸ Ibid. p. 247.

luta para manter a homogeneidade, conservando como reprodutores, animais de escolha, e processando a procriação endogâmica selecionada”⁶⁹. Essas comparações ou exemplos vindos dos estudos da genética animal e vegetal eram, inclusive, bastante recorrentes entre os eugenistas, sobretudo daqueles que empregavam a genética mendeliana para pensar os efeitos da mistura racial na reprodução humana.

Voltando-se para o caso do Brasil, apontado como um dos países mais miscigenados do mundo, Kehl lamentava que os estudos sobre os “cruzamentos de raça” ainda fossem incipientes no país. De todo modo, a partir dos estudos produzidos por autores como Nina Rodrigues, Paulo Prado, Oliveira Vianna e Toledo Piza Junior, Kehl destacava que havia elementos suficientes para atestar a fraqueza física e a instabilidade mental dos mestiços do Brasil⁷⁰. Em sua sentença, fortemente temperada pelo racismo científico, “os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequência os vícios dos seus ancestrais”. E concluía: “De grande instabilidade de caráter, constituem, pois, elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social”⁷¹.

Diante das constatações produzidas por estudiosos do assunto, até mesmo com o respaldo de cientistas internacionalmente conhecidos, Kehl sentenciava que “o grande mal do Brasil é um mal de raça”⁷². Era por isso que os eugenistas não poderiam mais ser favoráveis aos cruzamentos raciais, sobretudo aqueles envolvendo negros, indígenas, caboclos e asiáticos. Em seu entendimento, era imprescindível que medidas drásticas de controle da reprodução humana também levassem em consideração a ameaça que mestiçagem representava para o futuro do Brasil. Kehl acreditava que uma das formas mais eficientes de limitar o nascimento desses “elementos indesejáveis” consistia justamente em construir medidas de seleção racial, seja pelo controle matrimonial e a segregação racial propriamente dita, seja pela esterilização eugênica e a seleção imigratória.

Nos anos 1930, o debate sobre imigração foi o tema que melhor sintetizou as expectativas dos eugenistas para realizar a tão desejada seleção racial, especialmente pela ampla repercussão que esse tema ocupou entre os

⁶⁹ Ibid., p. 242.

⁷⁰ Ibid., p. 200-202. Entre os escritores brasileiros, citava especialmente os trabalhos de Oliveira Vianna, escritor fluminense com quem mantinha uma relação bastante próxima. Kehl citava sobretudo o livro *Populações Meridionais*, publicado em 1922, e *Raça e Assimilação*, de 1932.

⁷¹ Ibid., p. 200.

⁷² Ibid., p. 204.

congressistas que participaram da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Para o próprio governo Vargas, a questão imigratória era fundamental não só para atrair trabalhadores saudáveis e suprir a mão de obra que setores da economia desejavam, mas também para povoar o território nacional e contribuir com a formação eugênica do país⁷³. É importante destacar que em nenhum outro lugar do mundo as discussões sobre imigração foram mais identificadas com a construção da identidade nacional que no Brasil. Desde o século XIX, a atração de imigrantes europeus era vista como uma alternativa essencial para substituir os africanos, indígenas e mestiços por “gente branca”, permitindo pensar que, no futuro, o Brasil seria majoritariamente formado por descendentes de europeus.

Para os integrantes do movimento eugênico, a seleção imigratória era política biológica imprescindível, conforme já era possível perceber durante o Congresso de Eugenia de 1929. De maneira geral, a agenda de discussões lançadas durante o evento serviu até mesmo como parâmetro para as questões promovidas durante a Assembleia Constituinte de 1933-34. Isso se devia a ampla campanha que os eugenistas fizeram em defesa da seleção imigratória. Liderado por Kehl, o movimento eugênico articulou suas instituições, a imprensa e deputados aliados para que as demandas eugênicas fossem colocadas em pauta. Essa articulação ganhou força especialmente porque entre os parlamentares havia médicos e intelectuais identificados com as ideias eugênicas, entre eles figuras bastantes prestigiadas como Arthur Neiva, Miguel Couto, Pacheco e Silva e Xavier de Oliveira⁷⁴.

Durante as discussões promovidas nessa comissão, era comum aparecer citações à eugenistas e antropólogos, alertando para a necessidade de pautar a legislação imigratória a partir de critérios eugênicos. Entre as autoridades intelectuais internacionais, havia menções à arianistas como Madison Grant e Vacher de Lapouge, além de aliados da “higiene racial” alemã, como John Alfred Mjoen, Fritz Lenz e Herman Lundborg. Entre os brasileiros, os nomes mais citados eram mesmo de Renato Kehl e Oliveira Vianna⁷⁵. O deputado Xavier de Oliveira, um dos parlamentares que mais reunia argumentos para justificar a proibição de imigrantes indesejáveis, chegou a ler em plenária

⁷³ GERALDO, Endrica. *O 'perigo alienígena': política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp: Campinas, 2007.

⁷⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)”. *Revista Brasileira de História*, jan-abr, 2022, v. 42, n. 89, p. 93-115.

⁷⁵ ANNAES DA ASSEMBLEIA..., op. cit., 1935.

uma carta aberta que Renato Kehl havia enviado à Assembleia Constituinte, no qual alertava para o perigo que a mestiçagem de “raças heterogênicas” representava para o futuro do Brasil⁷⁶. Nesse documento, repetia os argumentos já presentes em seu livro de 1933, publicado justamente no calor das discussões promovidas pela constituinte. Em suas palavras, caso não fosse aprovada “uma política imigratória enérgica”, o Brasil, “que já é um “*melting pot* de raças, será dominado pelos elementos xanto-negróides”⁷⁷.

O tema da mestiçagem foi, inclusive, utilizado por alguns parlamentares como argumento para se opor a entrada de imigrantes não europeus. Havia a compreensão quase generalizada que a imigração europeia era a mais desejável, uma vez que garantiria a homogeneidade racial da população brasileira num futuro próximo, referindo-se ao processo de branqueamento em curso, enquanto a entrada de asiáticos, árabes, negros e judeus deveria ser impedida ou evitada. Ao final das discussões, a Assembleia Constituinte aprovou uma legislação fortemente racista que atendia, em boa medida, as demandas do movimento eugênico. De maneira geral, a constituição brasileira repetia o que a legislação norte-americana havia aprovado na polêmica lei *Johnson-Reed* de 1924, que criava uma lei de cotas que favorecia amplamente a imigração europeia e restringia a entrada de outras nacionalidades⁷⁸.

Considerações finais

Como destacamos no início deste artigo, o cenário dos anos 1930 no Brasil foi marcado por fortes ambiguidades intelectuais e políticas. Ao mesmo tempo que os eugenistas radicalizavam seus projetos em direção à eugenia negativa, um emergente grupo de intelectuais, liderados por jovens pensadores sociais e escritores modernistas, produziam teses e reflexões históricas e sociológicas que contestavam o racismo científico em voga entre os brasileiros. Curiosamente, o livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, que representava uma síntese do determinismo racial, foi publicado no mesmo ano que o sociólogo Gilberto Freyre lançava *Casa-grande e Senzala* (1933), livro seminal que celebrava a mestiçagem como o nosso maior mito identitário. De

⁷⁶ OLIVEIRA, Xavier de. “Discurso”. In: *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, Vol. 6, p. 449-482, 1935, p. 473. Disponível: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8128>; acesso em: 10 março 2024.

⁷⁷ KEHL, op. cit., 1933, p. 207.

⁷⁸ SERFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 41-58; GERALDO, op. cit., 2007.

certo modo, podemos dizer que essas obras sintetizam as divergências e os embates intelectuais produzidos nos anos 1930, sobretudo quando pensamos os diferentes projetos de construção nacional colocados em cena.

A produção simultânea dessas obras também permite entender as ambiguidades que marcaram as ideologias políticas do próprio governo Vargas. De um lado, o nacionalismo fascista de Vargas o aproximou do racismo e das ideias defendidas pelo movimento eugênico, como se houvesse uma simbiose de interesses em torno da relação entre raça e identidade nacional. O modo autoritário como o governo mantinha o controle sobre os grupos “socialmente problemáticos” - entre eles imigrantes indesejáveis, doentes mentais, alcoólatras, vagabundos, malandros, capoeiras e moradores de rua -, era visto com bons olhos por eugenistas e intelectuais mais reacionários, como Renato Kehl. Assim como os eugenistas, o governo Vargas também acreditava que uma verdadeira política nacionalista deveria passar pela homogeneização da população, baseada tanto no ordenamento da vida social quanto no controle biológico e racial. Foi neste contexto que Vargas criou uma série de instituições, aparatos estatais e novas técnicas de controle, identificação, seleção e reclusão daqueles que ameaçavam a ideologia da nacionalidade⁷⁹.

De outro lado, como expressão das ambiguidades que caracterizaram o seu governo, a política de nacionalização de Vargas também incorporou o discurso de valorização do Brasil mestiço, aderindo inclusive ao mito da democracia racial. É por esse motivo que a obra de Gilberto Freyre se tornou uma referência que sustentava essa visão positiva sobre a identidade nacional. Como bem destaca Nancy Stepan, apesar da existência de profundas divisões raciais e sociais que marcaram o governo Vargas, ao longo dos anos 1930 “a noção de que a fusão racial e cultural era a solução para a composição racial e social do Brasil tornou-se a ideologia oficiosa do Estado nacional”⁸⁰.

Apesar das conquistas do movimento eugênico, ao final da década de 1930 o radicalismo racial de Renato Kehl perdia adeptos, tornando-se uma figura cada vez menos expressiva. Ao mesmo tempo, a vitalidade com que liderava o movimento eugênico desde os anos 1910 arrefecia diante das ambíguas ideologias raciais brasileiras. Os mitos da identidade nacional vencedores ao final dos anos 1930 dialogavam muito mais com as teses de Gilberto Freyre e as versões mais “moderadas” da eugenia, mais comuns nas

⁷⁹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

⁸⁰ STEPAN, op. cit., 2005, p. 174.

décadas de 1910 e 1920, do que com a eugenia negativa e o extremismo de Kehl. As medidas mais radicais, como a esterilização eugênica e o controle matrimonial, jamais seriam aprovadas oficialmente pelo Estado.

Embora o governo Vargas, já no Estado Novo, continuasse sua política de nacionalização e perseguição contra imigrantes indesejáveis, as medidas eugênicas contrárias à mestiçagem pareciam pouco eficientes para um país que cada vez mais optava pelo projeto de branqueamento da população. Ao invés de uma dura segregação racial, como queria Kehl, o Brasil parecia cada vez mais disposto a assumir a mestiçagem como uma deliberada política de homogeneização racial. A eliminação de negros, indígenas e outras “raças indesejáveis” não seguiria o caminho de uma segregação oficial, mas de um projeto de fusão racial e cultural com imigrantes europeus. Neste sentido, não se tratava de rejeitar a eugenia, mas de adotá-la a partir de uma perspectiva mais adequada às ideologias raciais brasileiras então em voga, sobretudo daquelas que conjugavam o mito da democracia racial e o branqueamento da nação.

Isso ajuda a explicar o sentimento de frustração que Renato Kehl parecia chegar ao final dos anos 1930. Seu projeto de implantação de uma política biológica radical, ao estilo da “higiene racial” alemã e do segregacionismo racial norte-americano, encontrou poucos adeptos nas instituições governamentais. Nem mesmo o acalentado sonho de criação de um Instituto Brasileiro de Eugenia, desejado por Kehl como uma instituição à serviço do Estado, também não se efetivou. Embora o fascismo e a sedução pelos regimes autoritários aproximassem Renato Kehl e o governo Vargas, havia entre eles uma certa distância que jamais seria superada.

Por todos esses motivos, Renato Kehl chegava ao final dos anos 1930 mais isolado, ao mesmo tempo que o próprio movimento eugênico perdia sua força institucional. Um exemplo disso era o encerramento do *Boletim de Eugenia* em 1933, que em seus últimos números já nem contavam mais com a direção editorial de Renato Kehl, cujas funções tinham sido delegadas à Octavio Domingues e Toledo Piza Junior, antigos parceiros do movimento eugênico⁸¹. O próprio Piza Junior constatava, em carta escrita em 1938, que Kehl “era o único eugenista verdadeiro desse imenso Brasil”, e que apesar

⁸¹ Para mais detalhes sobre as relações de Octavio Domingues e Toledo Piza Junior com Renato Kehl e o movimento eugênico, consultar HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História) — Fiocruz: Rio de Janeiro, 2010.

dos esforços “para formar núcleos ou cercar-se de companheiros, talvez com o fim de repartir a glória desses 20 anos de campanha, a verdade é que você está sempre só”⁸².

A constatação de Toledo Piza Junior parecia dizer mais sobre o isolamento de Renato Kehl ao final da década de 1930, do que propriamente aos resultados de sua campanha em defesa da eugenia. O próprio livro *Por que sou eugenista*, lançado em 1937 como uma memória celebrativa dos seus 20 anos de atuação como eugenista, também pode ser visto como uma estratégia de Renato Kehl para estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, como seu último esforço em manter-se influente no campo intelectual e político.

Seja como for, o isolamento e o desânimo de Kehl também foram percebidos por Oliveira Vianna, escritor com quem mantinha uma estreita afinidade intelectual. Em carta enviada a Kehl em 1938, pedia ao amigo para não esmorecer em sua “obra benemérita”, referindo-se à campanha eugênica. E escrevia: “notei da última vez, que nos encontramos, antes de sua partida para a Alemanha, que estava tomado de um pouco de desânimo e ceticismo sobre os seus esforços”⁸³. Como forma de motivar seu amigo a não esmorecer, Oliveira Vianna ressaltava que a divulgação de uma ideia como a eugenia tinha sempre uma “difusão lenta e invisível, mas não nula”, querendo com isso dizer que o tempo, no futuro, se encarregaria de mostrar o valor de suas campanhas em defesa da eugenia.

Fontes

ACTAS DO CONGRESSO DE EUGENIA. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 11-42.

ANNAES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Imprensa Nacional*. Rio de Janeiro, 22 volumes, 1935. Disponível: <https://bd.camara.leg.br/bd/discover>; acesso em: 10 março 2024.

CARTA DE MONTEIRO LOBATO A RENATO KEHL. São Paulo, (Sem data). Fundo Pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, DAD-COC

⁸² Carta de Salvador de Toledo Piza Junior à Renato Kehl. São Paulo, 19 de novembro de 1938 (Fundo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – DAD-COC).

⁸³ Carta de Oliveira Vianna à Renato Kehl. Niterói, 01 de abril de 1938 (Fundo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – DAD-COC).

CARTA DE RENATO KEHL A SALVADOR TOLEDO PIZA JUNIOR. Rio de Janeiro, 24 de março de 1930. Fundo Pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, DAD-COC.

CARTA DE RENATO KEHL A SALVADOR TOLEDO PIZA JUNIOR. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1930. Fundo Pessoal Renato Kehl. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, DAD-COC.

CARTA DE SALVADOR DE TOLEDO PIZA JUNIOR À RENATO KEHL. São Paulo, 19 de novembro de 1938. Fundo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – DAD-COC.

CARTA DE OLIVEIRA VIANNA À RENATO KEHL. Niterói, 01 de abril de 1938. Fundo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – DAD-COC.

KEHL, Renato. “As questões de Raças”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, out. 1921.

_____. *Como escolher um bom marido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

_____. “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, n.1, v.2, 1925.

_____. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929a.

_____. “Instituto Brasileiro de Eugenia”. *Boletim de Eugenia*, Rio de Janeiro, fev. 1929b, vol. 1, n. 2, p. 1.

_____. “Aparas médicas: a felicidade do ponto de vista médico e eugênico”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 ago 1930.

_____. “Porque se fundou a C.C.B.E”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, mar 1931, ano III, n. 27, p. 2.

_____. *Sexo e civilização: aparas eugênicas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

_____. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? (Inquérito entre os cientistas brasileiros)”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 3 jan. 1934.

_____. *Por que sou eugenista: 20 anos de campanha eugênica 1917-1937*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

O GLOBO. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? Inquérito entre os cientistas brasileiros)”. *O Globo*. Rio de Janeiro, jan. 1934.

OLIVEIRA, Xavier de. “Discurso”. In: *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, Vol. 6, 1935, p. 449-482. Disponível: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8128>; acesso em: 10 março 2024.

Referências

ADAMS, Mark B. (Org.). *The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

BARKAN, Elazar. *The retreat of scientific racism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências) — Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional estatismo – vol. 2: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997, p.125-149.

GERALDO, Endrica. *O ‘perigo alienígena’: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História), Unicamp: Campinas, 2007.

KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Nova York: Knopf, 1985.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos*

Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937). Tese (Doutorado em História) — Fiocruz: Rio de Janeiro, 2010.

PROCTOR, Robert. *Racial hygiene: medicine under the nazis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. São Paulo: Annablume, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p.41-58.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; FGV Editora, 2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no entreguerras*. Guarapuava: Eduni, 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)”. *Revista Brasileira de História*, jan-abr, 2022, v. 42, n. 89, p. 93-115.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STERN, Alexandra. *Eugenic nation: faults and frontier of better breeding in modern America*. California: University of California Press, 2005.

WEISS, Sheila Faith. “The Race Hygiene Movement In Germany 1904-1945”. In: ADAMS, Mark. (Org.). *The wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, pp.08-68, 1990.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil”. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 2013, v. 20, n. 1, p. 263-288.

Artigo recebido para publicação em 22/07/24

Aprovado em 02/08/24.